



## **Moção Setorial ao XXIII Congresso Nacional do Partido Socialista Por mais ambição na ação climática em Portugal**

*“É hora de novos compromissos ousados para aumentar a ambição e a ação, para construir uma recuperação sustentável e resiliente da pandemia e para enfrentar a emergência climática.”*

António Guterres, Secretário-geral da ONU

Estamos a aproximar-nos de um momento decisivo para enfrentar a crise climática, que é sem margem de dúvidas o grande desafio do nosso tempo.

De acordo com o relatório do IPCC (2018), as atividades humanas já terão causado um aumento da temperatura média na atmosfera de cerca de 1°C desde a época pré-industrial. Estima-se que o aquecimento global de origem antrópica aumente, atualmente, à taxa de 0,2°C por década.

Para evitar um aumento contínuo da temperatura média da Terra nas próximas décadas, será necessário atingir, numa primeira fase, neutralidade carbónica e, ainda, garantir um balanço negativo entre o carbono emitido e o carbono capturado, como forma de evitar os impactos de feedback positivo. Garantir que o aumento da temperatura da terra face aos níveis pré-industriais seja inferior a 1,5°C, é fundamental, pois se esse limite for ultrapassado, os impactos para os sistemas naturais e humanos serão catastróficos.

De facto, se o aumento médio da temperatura da terra face aos níveis pré-industriais não for estabilizado até 2100 em 1,5°C, então o risco de atingirmos o ponto de não retorno com danos irreversíveis para ecossistemas, fundamentais às atividades humanas, será acrescido. Por fim, um aumento da temperatura média da terra, superior a 1,5°C, terá um impacto acrescido no aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos como chuvas,



secas, tempestades tropicais, incêndios florestais e o surgimento de fenómenos em latitudes onde não seriam expectáveis (IPCC, 2018).

O número de países que se comprometeram a atingir a neutralidade carbónica até meados do século ou pouco depois continua a crescer, mas o mesmo acontece com as emissões globais de gases de efeito de estufa. Esta lacuna entre retórica e ação precisa de ser corrigida se quisermos ter alguma possibilidade na luta por atingir a neutralidade carbónica em 2050 e por limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C. Mais atrasos na ação para inverter esta tendência colocarão o objetivo de neutralidade de emissões até 2050 completamente fora de alcance.

A pandemia da COVID-19 fez diminuir as emissões globais de GEE, no entanto, o impacto do confinamento e do abrandamento económico não se refletiu numa diminuição de concentrações de GEE na atmosfera. Aliás, segundo a Organização Meteorológica Mundial, 2020 foi um dos 3 anos mais quentes de sempre, onde os indicadores e os impactos das alterações climáticas agravaram.

O caminho global para a neutralidade carbónica até 2050 requer de todos governos esforços significativos na implementação com sucesso das suas políticas climáticas, no entanto, o que tem sido feito e os compromissos assumidos até à data ficam muito aquém do que é exigido para atingir este objetivo. O número de países que se comprometeram a atingir emissões líquidas nulas tem crescido rapidamente ao longo do último ano e cobre agora cerca de 70% das emissões globais de CO<sub>2</sub>. Este é um enorme passo em frente.

Portugal foi o primeiro país a fazê-lo na COP16 em Marraquexe, pela voz do Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS, António Costa. Esse compromisso refletiu-se, de forma estudada e fundamentada, no Roteiro para a Neutralidade Carbónica, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019. Desde 2018, Portugal conseguiu ainda diminuir a intensidade carbónica do produto interno bruto (PIB), alicerçado na transição energética do sistema



eletroprodutor, na recuperação da mobilidade sustentável e na descarbonização dos demais setores.

A este respeito, merece destaque, no sistema eletroprodutor, a antecipação do encerramento das centrais a carvão e o bom desempenho dos leilões fotovoltaicos, na mobilidade, o investimento na procura e oferta dos transportes coletivos e a crescente expressão do segmento elétrico no mercado automóvel, e, nos demais setores, o forte interesse demonstrado por operadores privados no hidrogénio verde.

Ao contrário de Portugal, a maioria das promessas ainda não são sustentadas por políticas e medidas de curto prazo. Além do mais, mesmo que cumpridas com sucesso, as promessas realizadas até à data ainda deixariam cerca de 22 mil milhões de toneladas de emissões de CO<sub>2</sub> em todo o mundo em 2050. A continuação desta tendência seria consistente com um aumento da temperatura em 2100 de cerca de 2,1 °C (Relatório Net Zero by 2050, IEA).

Ao nível europeu, tanto a Comissão Europeia como o Parlamento Europeu têm dado sinais que, efetivamente, querem tomar a dianteira no combate às alterações climáticas com a aprovação da meta de redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em 55% até 2030, face aos níveis de 1990, em vez dos anteriores 40%. Consideramos que este foi um passo em frente relevante para a UE, o terceiro maior emissor mundial de gases com efeito de estufa, especialmente por conseguir um comprometimento de países mais relutantes, como a Polónia, que é altamente poluente.

Todavia, muitos grupos de ecologistas e o próprio Parlamento Europeu defendem que a meta de 55% não será suficiente e argumentam que a UE deveria ter ido muito mais longe apontando uma meta de 60% a 70%. Esse acréscimo de ambição tem sido acompanhado nas políticas de alguns países. Por exemplo, mais recentemente, a Inglaterra e a Alemanha demonstraram intenções claras de revisão das suas metas intermédias de descarbonização, aumentando metas para uma redução de 78% para 2035 no caso inglês e 65% para 2030 no caso alemão.



Face às suas circunstâncias, outros países já decidiram adotar metas mais ambiciosas de neutralidade climática. A Suécia já tem 2045 como meta na lei para a neutralidade carbónica. Já outros países adotaram metas antecipadas em documentos de política pública, como o RNC2050, dos quais se destaca a Finlândia (2035), Áustria (2040), Islândia (2040) e, mais recentemente, a Alemanha (2045), que aliás alicerçou essa decisão na necessidade de afirmar a sua competitividade industrial numa economia verde.

A verdade é que, nos mais variados aspetos, Portugal não está, necessariamente, atrás destes e outros países que têm liderado a ação climática. Assim, 5 anos depois da adoção da meta de 2050 para a neutralidade carbónica, importará agora rever os pressupostos técnicos e considerar se o país não está preparado para credivelmente se comprometer com uma antecipação dessa meta, avançando desde já com uma antecipação desta meta em 5 anos, em linha com os cenários apresentados pela BCSD Portugal.

Esse aumento de ambição climática deverá assentar em políticas não só nacionais como também locais. Num momento que nos aproximamos das eleições autárquicas, torna-se premente colocar este tema no topo das prioridades políticas para os próximos anos. O Poder Local, enquanto principal agente de proximidade e conhecedor do território, tem um papel fundamental na conceção de políticas que visem uma transição ecológica justa e equilibrada e na sensibilização à população com a finalidade de promover uma cultura mais sustentável nas comunidades.

Em suma, Portugal tendo condições para descarbonizar mais rapidamente e a um menor custo que a União Europeia (UE) a fazê-lo deve contribuir de forma clara para o caminho de descarbonização mais eficiente da UE, enquanto alcança oportunidades de crescimento, nomeadamente pela fixação e especialização em indústrias e tecnologias de baixo carbono.



Este aumento de ambição, mais do que uma oportunidade de crescimento ou uma liderança no quadro europeu, é também um exemplo e uma responsabilidade pela representa um compromisso com a justiça social, em particular a nível internacional e intergeracional.

Se, na verdade, são os países desenvolvidos aqueles que mais contribuem para o aquecimento global, os países menos desenvolvidos são mais vulneráveis e têm menos recursos para se adaptar às Alterações Climáticas.

De igual modo, se todas as gerações irão ser afetadas pelas consequências desastrosas das alterações climáticas, serão sobretudo as futuras gerações a ver as suas oportunidades e recursos condicionados pela degradação do ecossistema planetário.

Assim, propõe-se que o XXIII Congresso Nacional do Partido Socialista delibere:

1. Apelar ao XXII Governo - República Portuguesa para declarar o Estado de Emergência Climática, acompanhando os 38 países que já o fizeram.
2. Antecipar a meta da neutralidade climática para 2045, aumentando assim a velocidade da descarbonização.
3. Estudar a antecipação da meta da neutralidade carbónica para 2035, procurando reunir esforços para concretizar essa meta.
4. Aumentar a meta intermédia de redução das emissões de carbono até 2030 em linha com o que tem sido feito por outros países.
5. Sensibilizar os atuais autarcas e candidatos pelo Partido Socialista às próximas Eleições Autárquicas para que coloquem o combate às Alterações Climáticas no centro dos seus programas eleitorais.

Miguel Costa Matos, militante n.º 147.699

Miguel Rodrigues, militante n.º 175.965

José Dias, militante n.º 177.771

Joana Sá Pereira, militante n.º 156.884

Filipe Pacheco, militante n.º 97.340

Tiago Estevão Martins, militante n.º

Maria Begonha, militante n.º 117.563

Eduardo Barroco de Melo, militante n.º 152.991

Olavo Câmara, militante n.º 157.430

Vilson Ponte Gomes, militante n.º 163.847

Bruno Matias, militante n.º 111.786

Pedro Vasconcelos Almeida, militante n.º 150.076



Bárbara Dias, militante n.º 154.624

Rita Pereira, militante n.º 172.394

Diana Pais, militante n.º 168.740

Diogo Cunha, militante n.º 132.084

Eduarda Lopes, militante n.º 123.597

Hugo Teixeira, militante n.º 169.634

Luís Pereira, militante n.º 161.544

Daniel Silva, militante n.º 159.669

Diogo Carvalhas, militante n.º 162.577

Renato Almeida, militante n.º 172.810

Nuno Mira, militante n.º 126.435

Francisco Ribeiro, militante n.º 165.040

Luís Silva, militante n.º 152.783

Abel Matinhos, militante n.º 154.742

Henrique Canha, militante n.º 124.634

Ana Rita Pereira, militante n.º 151.502

Filipe Cunha, militante n.º 161.368

Francisco Barros, militante n.º 123.462

Pedro Calaça, militante n.º 147.020

Alexandra Domingos, militante n.º 149.597

Ricardo Abreu, militante n.º 163.861

Eduardo Alves, militante n.º 149.129

Francisco Dinis, militante n.º 130.941

Margarida Vasconcelos, militante n.º 121.648

Tito Resende, militante n.º 155.477

Bernardo Rodrigues, militante n.º 161.006

André Mercier, militante n.º 154.802

Hugo Magalhães, militante n.º 168.940

José Eduardo Gouveia, militante n.º 132.898

Nuno Matos, militante n.º 164.059

Duarte Brazão, militante n.º 164.284

Carina Cruz, militante n.º 168.232

Bruno Gonçalves, militante n.º 174.570

Inês Monteiro, militante n.º 119.804

Maria João Ribeiro, militante n.º 127.718

Cláudia Moreira, militante n.º 166.912

Tiago Soares Monteiro, militante n.º 163.069

Pedro Anastácio, militante n.º 163.501

Rodrigo Prinzo, militante n.º 176.936

Diogo Silva, militante n.º 177.514